

Ulysses recebe governadores para discutir sucessão

Brasília - Luciano Andrade

BRASÍLIA — O presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, começa a receber governadores de estados para conversar sobre a sucessão presidencial. A romaria será inaugurada por Waldir Pires, da Bahia, e por Tasso Jereissati, do Ceará, que chegam amanhã. O próximo deverá ser o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon. Estas conversas, segundo políticos do PMDB, deverão selar a adesão de governadores até agora favoráveis aos cinco anos para Sarney — como Jereissati e Simon — à tese do mandato de quatro anos.

Entre companheiros de partido e adversários, não há mais dúvidas de que Ulysses Guimarães vem agindo como candidato à sucessão de Sarney. "O nome de Ulysses cresceu. Venceu todas as dificuldades. Do carnaval para cá, o dr Ulysses se agigantou, ocupou todos os espaços possíveis. Hoje é imbatível", festeja Egídio Ferreira Lima (PE), seu aliado. "Ulysses é o candidato do PMDB. Sabe manejar como ninguém a heterogeneidade do partido. Consegue a simpatia da esquerda e do Centrão, afirma o deputado Fernando Lyra (PE), seu adversário, que deseja ver na presidência da República o governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Ducha fria — Uma das primeiras

consequências da candidatura de Ulysses foi estancar a dissidência à esquerda do PMDB, que ameaçava rachar o partido. "O Mup (Movimento de Unidade Progressista) acabou", constata o deputado Sigmaringa Seixas (DF). E acrescenta, com ironia: "Só nos resta agora tentar indicar o vice do dr Ulysses". Nesse caso, dois outros integrantes do Mup já têm reivindicações a fazer: "O companheiro de chapa de Ulysses deve ser o governador Miguel Arraes", propõe o deputado Haroldo Sabóia (MA). "Meu candidato a vice é o Waldir Pires", diz Jorge Hage (BA), autor da emenda, aprovada pela Comissão de Sistematização, que reduziu o mandato de Sarney para quatro anos.

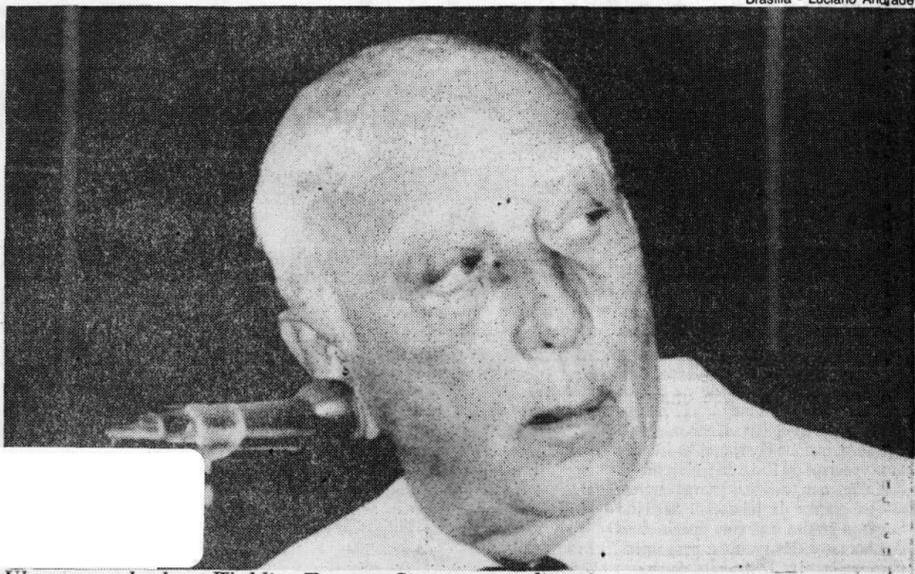
Também entre os históricos, a perspectiva da candidatura de Ulysses caiu como uma ducha fria em qualquer tentativa de dissidência. "Hoje ninguém nem mais se lembra que os históricos queriam reunir o diretório nacional do dia 23 (amanhã) para o lançamento de candidatos à Presidência, queria romper com o governo Sarney e fechar questão pelos quatro anos", afirma Egídio Ferreira Lima, histórico que pretendia disputar a primeira-secretaria do partido.

"Ulysses Guimarães é sobretudo um jogador excepcional", avalia o senador Severo Gomes (SP). "Nós reclamávamos

de certa tolerância dele com o Roberto o deputado Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do Centrão), mas o que vemos é que ele destruiu o Centrão. Se vai conseguir unir todo o PMDB em torno da sua candidatura, só o processo dirá. Mas está muito fortalecido como candidato nesse momento".

Até mesmo os brizolistas demonstram certo receio com o crescimento do nome de Ulysses. O senador Maurício Correa (PDT-DF) acha que não será fácil conseguir a vitória. "O embate final será entre Brizola e Ulysses, que está crescendo, pois se afasta do presidente José Sarney", prevê. Para Correa, "o próprio astral de Ulysses" tem ajudado: "Permanece o tempo todo de bom humor, dialoga com todos os partidos e defende a Constituinte contra todas as agressões".

Já o senador Jarbas Passarinho (PA), presidente nacional do PDS, vê na defesa que Ulysses faz da Constituinte uma estratégia de candidato. "Ao defender a Constituinte dos ataques do presidente Sarney e da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que acusou os parlamentares de estarem fazendo uma Constituição de costas para o povo, encontrou a hora certa de se lançar candidato. E aí está", conclui Passarinho.



Ulysses recebe logo Waldir, Tasso e Simon para discutir pos quatro anos e a sucessão

Político de outra turma, fora da média

Villas-Bôas Corrêa

Avantagem do doutor Ulysses Guimarães é que, pela experiência e categoria, ele está muito acima da média, pertence a outra turma, a um tipo de político que vai desaparecendo na velocidade de tempos apressados.

Agora, por exemplo, o doutor Ulysses jogou o trivial, não avançou um passo além da linha do óbvio e até cometeu cingidas que não são habituais no seu preciosismo de cultor das boas letras, com o gosto pelo redondo da frase e a paixão pelas imagens bem construídas, algumas delas acariadas pelo êxito, incorporadas aos clássicos do gênero de escassos destaques. Pois, numa mesma declaração de retumbantes repercussões, o milionário de presidências confundiu os três patetas, trocando etiquetas num lapso de memória (os ministros militares que depuseram o vice-presidente Pedro Aleixo, empalmado o governo no horror da junta militar, podem ser tudo, menos patetas. Os propriamente ditos e assim conhecidos foram os ministros militares de Jânio Quadros que não conseguiram abortar o golpe da renúncia e nem lograram impedir a posse do vice João Goulart), ressuscitou um adjetivo que estava fora de circulação e misturou

alhos com bugalhos ao se afirmar o marreiteiro da Constituinte porque se propunha a conduzi-la na marra.

Mas, é a tal coisa: o doutor Ulysses falou errado para executar a manobra certa. Um lance transparente, na duplicidade dos objetivos superpostos. Com a mesma bordoadada, respondeu ao presidente Sarney e ao ministro Antônio Carlos Magalhães nas críticas à Constituinte e vestiu a camisa da casa. Ganhou aplausos de um plenário que não atendeu aos seus apelos para suportar o sacrifício de fim de semana na insipidez de Brasília, interrompendo o feriado do carnaval. E, na mesma paulada, assumiu uma postura oposicionista, aproximando-se dos temas do PMDB da campanha. Nada mal para um candidato.

Quem sabe, sabe. Uma no cravo, outra na ferradura. Ao resgatar o compromisso de votar a futura Constituição a tempo da sua promulgação a 21 de abril, o doutor Ulysses atendeu à cobrança da opinião pública, impaciente com a demora, e chamou a Constituinte aos brios.

O mais é ainda e sempre o caldo da evidência. Os velhos e confessos sonhos de candidato miram a eleição direta este ano, com a emoção extra da eleição em dois turnos. Lenta mas obstinadamente, o doutor Ulysses vai se afastando do governo para ficar mais fácil o salto para os quatro anos de mandato. E depois, discurso de candidato só pode ser de crítica vigorosa ao governo.

A conversa com o governador Orestes Quércia dispensava palavras.

Podia resumir-se à mímica do polegar para cima, ratificando o acordo tácito e translúcido. Com eleição este ano, o candidato da unidade do PMDB só pode ser o doutor Ulysses — a solução natural que não pretere ninguém e solda os cacos da legenda. Os recuperáveis, claro. Os outros já estão em outra. Para Quércia fica difícil fechar a base paulista e desincompatibilizar-se com um ano de exercício de mandato. Mas, se a tendência virar de novo, se a Constituinte adernar para os cinco anos, o doutor Ulysses sabe que terá que dar adeus às ilusões e as honras de favoritismo se transferirão, intactas, para o governador do maior estado e o mais rico.

No que o doutor Ulysses faz e diz muita coisa está acima da linha do horizonte. Ainda agora, alguns dos ministros que atiram pedras, com jeito, quase com carinho, nas vemências do doutor Ulysses estão com ele perfeitamente entendidos, de papel passado. Quase que pelas mesmas razões do Quércia, o compulsório aliado de má vontade para sucessão este ano.

Simples: o inimigo comum é o Leonel Brizola. Ora, para derrotar Brizola no mano a mano do segundo turno só mesmo um candidato apoiado pela máquina do PMDB. Unido ou com pequenas fraturas. O perfil do candidato conduz ao nome. É o doutor Ulysses, adversário de circunstância e solução provável no futuro. Solução para o governo, para Sarney e os seus ministros. Mesmo os do PFL e que estão aí cuspidos fogo. Da boca para fora.

Imagem serve a polêmica em cartazes

Alycy Cavalcante

Em charges desmoralizantes, espalhadas pelo Sindicato dos Bancários, ou em desenhos que a exaltam, estampados em outdoors financiados pelo Centrão, a figura de Ulysses Guimarães começa a ser divulgada em paredes e muros das grandes cidades do país, como se o presidente da Constituinte já tivesse anunciado oficialmente sua candidatura à Presidência da República.

O Sindicato dos Bancários do Rio espalhou, na madrugada de sábado, dois mil cartazes, nas Zonas Sul e Norte, e principalmente no Centro da cidade, em resposta à apreensão dos cartazes de denúncia aos deputados do Centrão, feita pela Polícia Federal, obedecendo pedido feito por Ulysses à Procuradoria Geral da República. Uma charge do presidente da Constituinte segurando um penico, sentado numa cadeira de rodas com teias de aranha a sua volta, ilustra o cartaz que tem o seu nome no alto e a frase: "O ex-'Mister Diretas' vira carrasco e manda invadir sindicatos".

O Centrão, por sua vez, financiou a impressão de outdoors, afixados em várias capitais do país, como Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba. Utilizando-se da imagem de Ulysses, estampada no alto do painel, sob o lema "A favor da liberdade. Contra a baderna. Pela Democracia", os integrantes do Centrão, atingidos pelos cartazes que os denunciam como "traidores do povo", feitos pela CUT, criticam a entidade sindical: "O presidente da Constituinte condena: Usar o direito de crítica para atingir a independência dos constituintes é constringer ilegalmente a liberdade de decisão". Na parte inferior do outdoor, atravessado diagonalmente por duas faixas, verde e amarela, a mensagem: "Lutamos por uma sociedade justa e politicamente democrática. Lutamos pela liberdade do povo brasileiro. Repudiamos a demagogia dos radicais".



O cartaz do sindicato apresenta um Ulysses decrepito,

Raimundo Valentim



Na propaganda do Centrão, uma imagem de autoridade

Constituinte obtém quórum no domingo

Brasília — Luciano Andrade

BRASÍLIA — Numa demonstração de força do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, foi obtido ontem, primeiro domingo após o carnaval, número suficiente de parlamentares em Brasília para as votações na Assembléia. A sessão chegou a registrar a presença de 293 constituintes mas, 50 minutos depois de começar, teve que ser interrompida por causa de uma manobra parlamentar dos defensores da criminalização do aborto. O quórum caiu para 237 parlamentares e Ulysses teve que encerrar as votações.

"Foi uma prova pessoal de prestígio de Ulysses", interpretou o deputado Haroldo Sabóia (PMDB-MA), da esquerda do partido. Apesar do alto comparecimento, atendendo ao apelo do presidente da Constituinte, ainda há quem reclame das sessões no fim de semana: "Estas reuniões são demagógicas e irreais. Vão desmoralizar a Constituinte", criticou o líder do PDS, Amaral Neto (RJ). "As sessões são perversas. Todas as proposições importantes são jogadas na lata do lixo", acusou Siqueira Campos (PDC-GO).

A rigor, só foram votadas duas emendas aditivas — feitas para acrescentar um dispositivo em determinado artigo. Essas emendas, quando não aprovadas por pelo menos 280 constituintes, são automaticamente rejeitadas. E foi o que aconteceu com a proposta da deputada Dirce Tutu



Cardoso Alves e Covas (D)

Quadros (PTB-SP), que pretendia tornar livres a assistência e tratamento espiritual realizados por médiuns, desde que gratuitamente. Apesar de terem apoiado a proposta 150 parlamentares, contra os votos negativos de apenas 117, foi recusada por falta de quórum.

Idêntico destino teve a emenda do deputado Del Bosco Amaral (PMDB-SP), que pretendia incluir um complemento ao texto constitucional, logo no início. "A lei poderá

considerar desigualdades biológicas e culturais para proteção do mais fraco", propunha. Por 222 votos contra e 68 a favor, também não passou.

A ausência dos deputados José Maranhão (PMDB-PB) e Roberto Jefferson (PTB-RJ) e a desistência do deputado Roberto Torres determinaram a retirada de outras três emendas. Quando chegou o momento de analisar a sugestão do senador Meira Filho (PMDB-DF), classificando o aborto como crime doloso, os parlamentares interessados em sua aprovação perceberam que não haveria quórum. Comandaram então uma retirada de plenário para forçar a suspensão da sessão, e o quórum caiu para 237 parlamentares. O deputado Álvaro Valle (PL-RJ) se preparava para usar o mesmo recurso a fim de impedir a rejeição de sua emenda legalizando a doação de órgãos humanos.

A única vítima das manobras de redução do quórum da Constituinte acabou sendo a deputada Tutu Quadros. Ela articulou a aprovação de sua emenda desde antes do carnaval, ficou em Brasília para a votação, chegou a conseguir maioria dos votos mas, com 293 parlamentares em Brasília, era praticamente impossível que alguma emenda tivesse os 280 votos necessários. Como desabafo, ela denunciou: "Eu sacrifiquei a minha emenda colocando-a em votação. Mas a sessão perdeu quórum com todos os constituintes aqui dentro."

Ministro critica luta pelo poder

BRASÍLIA — O chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, disse que se instalou no país, "fora de tempo", a disputa pelo poder, representada pela polêmica em torno da sucessão presidencial. Para Costa Couto, a discussão desse assunto só deveria ser deflagrada após a promulgação da nova Constituição.

O ministro esquivou-se de ligar a corrida pela substituição do presidente José Sarney ao lançamento da candidatura de Ulysses Guimarães, pelo PMDB. "Não tenho direito de julgar o doutor Ulysses. Ele é um amigo com quem só tenho a aprender", declarou. O ministro acha a briga pelo poder natural, mas "intempestiva, porque disparada às vésperas do final dos trabalhos da Constituinte".

— Fazer uma Constituição no parlance é complicado — criticou, acrescentando que, em sua opinião, os constituintes deveriam se dedicar integralmente a terminar de redigir a Carta Magna e não permitir que seu trabalho seja influenciado "por questões conjunturais".

Costa Couto reclamou do "número de pressões sobre o governo" e observou que elas decorrem "do próprio jogo de interesses políticos, internos e externos". Segundo o titular do Gabinete Civil, "o presidente sofre até pressões internacionais".

Grupos se entendem sobre estabilidade

"Precisamos votar a estabilidade no emprego antes do próximo Conversa ao Pé do Rádio", o programa do presidente José Sarney levado ao ar às sextas-feiras. A frase, dita em tom de brincadeira pelo deputado Ronaldo César Coelho (PMDB-RJ) durante um almoço que reuniu, no sábado, deputados, senadores e três ministros na casa do deputado Ulysses Guimarães, reflete o sentimento que começa a tomar conta de todos os grupos na Constituinte: é preciso evitar a qualquer custo o confronto na estabilidade.

"O fantasma da crise que pode resultar de um impasse, com a vitória das forças que pretendem desacreditar a Constituinte, está empurrando a direita e a esquerda para um acordo", analisa o deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ). "É principalmente por causa da crise que o acordo

sairá", concorda José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), um dos integrantes do Centrão.

Sinais claros disso começaram a aparecer no final da semana passada, quando a liderança do PMDB e até os partidos de esquerda já admitiam introduzir no texto permanente o conceito de indenização, como quer o Centrão. Só que o grupo não se satisfaz com isto e quer que fique bem claro que a indenização exclui a estabilidade. Nem o líder do PMDB, Mário Covas, nema esquerda aceitam a proposta, porém. Brigam para, junto com a indenização, abrir possibilidade de o PT, o PDT e o Mup, podem aceitar essa proposta para tentar um acordo. Na avaliação de um dos vice-líderes do PMDB, Antônio Brito (PMDB-RS), é a solução ideal para todos, pois adia o confronto e não compromete ninguém.

que só admita reintegração nos casos de demissões coletivas. José Geraldo, previamente autorizado por seu grupo que estivera na noite anterior na casa do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), abriu a primeira possibilidade de o Centrão ceder até onde quer Covas.

Admitiu que o Centrão considera aceitável negociar a proposta do primeiro substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM): "Garantia no emprego, nos termos da lei". Carlos Alberto Caó, que participou de uma reunião, mais tarde, com Covas, também admite que o PT, PCB, PC do B, PDT e Mup, podem aceitar essa proposta para tentar um acordo. Na avaliação de um dos vice-líderes do PMDB, Antônio Brito (PMDB-RS), é a solução ideal para todos, pois adia o confronto e não compromete ninguém.

Acordo — Quanto mais amplo for o acordo e mais rapidamente se votar a estabilidade no emprego, maior chance terá a Constituinte de impedir que o Brasil mergulhe numa crise institucional capaz de pôr um ponto final no governo Sarney antes mesmo da promulgação da nova Constituição, avalia o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP)(foto). Afif acha que ao declarar que fará a nova Constituição até 21 de abril "na marra", o deputado Ulysses Guimarães "pressentiu que o prazo do governo Sarney pode ser mais curto do que o da Constituinte e começou a trabalhar contra o relógio para evitar que as crises política e econômica resultem numa crise institucional que sabemos como começa, mas não como termina".

